



Participação do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na sessão especial “Financiando a Guerra Contra a Fome”, do Fórum Econômico Mundial

Davos-Suíça, 28 de janeiro de 2005

Primeiro Bloco

Eu trouxe um texto que vou deixar de lado para entrar num debate que começou, não por mim, mas pelos colegas que estão aqui.

Eu penso que nós estamos começando um novo século e eu penso que é preciso, sobretudo, todos nós, governantes, empresários, intelectuais, sindicatos, igrejas, artistas, pararmos para pensar no que aconteceu no século passado, para saber se vamos continuar fazendo as mesmas coisas que fizemos no século passado ou se vamos, com a criatividade e com a nossa inteligência, pensar em fazer algo novo.

O dado concreto é que, no século passado, a distância entre os países pobres e o países ricos não diminuiu, aumentou, ou seja, quem era rico, ficou mais rico, e quem era pobre ficou mais pobre.

E tem uma coisa que é fundamental, que nós precisamos levar em conta: se nem na relação comercial entre os países nós conseguimos convencer os países ricos a não terem subsídios nos produtos em que os países pobres são mais competitivos, no resto, tudo mais fica difícil. Essa é a primeira coisa.

É preciso que se estabeleça uma política em que se dê condições dos países pobres poderem produzir, sobretudo produtos agrícolas, e vender em igualdade de condições para os países ricos; e os países ricos tirarem o subsídio dos seus produtos agrícolas. Essa é uma coisa estrutural, que pode ajudar muitos países pobres.



Segundo, eu penso que é importante nós termos a certeza de que, mesmo a política de doação de recursos, feita durante o século passado, é muito dispersa, ela não tem uma coisa homogênea, não tem direção. Então, o dinheiro se perde por si só.

Quando nós levantamos a questão da fome, aqui, em Davos, ano passado, ou melhor, em 2003, acho que tivemos um relativo avanço. E o símbolo maior do avanço foi o grande encontro que nós fizemos no dia 23 de setembro deste ano, do ano passado, em Nova Iorque, com 65 chefes de Estado, e com adesão ao documento por 111 chefes de Estado.

Eu imagino que não tem uma única forma de contribuição. A primeira coisa que nós precisamos ter claro é o seguinte: é preciso que não criemos uma nova estrutura para cuidar de qualquer fundo, porque uma nova estrutura vai gastar metade do dinheiro com a burocracia da nova estrutura. É preciso utilizar o que já tem as Nações Unidas, através do Pnud, através do Ecosoc, e a gente, então, poderá criar um fundo.

Eu propus que se criasse um fundo em função das transações de armas no mundo. Mas poderia ser um fundo sobre transações financeiras, poderia ser um fundo sobre comércio mundial, poderia ser um fundo sobre o dinheiro que está nos chamados “paraísos fiscais”. Uma coisa que fosse substancialmente forte, uma coisa que fosse dirigida aos países mais pobres, ou seja, que nós pegássemos os países mais pobres, junto com organismos multilaterais, com os países coordenando a aplicação de recursos, a começar pela educação, a começar pela saúde, a começar pelo investimento em agricultura, no microcrédito. Coisas que pudessem dar a certeza que daqui a 10, 15 ou 20 anos aquele país que recebeu o auxílio não seria mais um país que precisasse ser ajudado, porque, veja, quando um país importante se dispõe a dar um fundo para ajudar a combater a AIDS, em qualquer país do mundo, mas esse país tem que comprar o remédio do país que está dando o financiamento, ou seja, muito mais para ajudar os laboratórios do que para ajudar os que estão



com AIDS, as coisas não funcionam. O país pobre vai continuar apenas vendo a sua dívida aumentar, porque não tem o compromisso, não existe uma disposição política de dizer: “a fome não é um problema de quem está com fome, a fome é um problema de quem está comendo.” Nós é que temos que assumir a responsabilidade de estendermos a mão àqueles que não estão comendo.

Então, eu não queria dizer que tem um “fundo Lula”, um “fundo Chirac”, um “fundo Lagos”, ou um “fundo Gordon Brown”, ou seja, o nome não importa, a paternidade não importa, o que importa é que a gente assuma um compromisso de que, do dinheiro que circula no mundo, uma parcela pequena pode constituir um grande fundo para que a gente possa, definitivamente, sonhar que daqui a 30 ou 40 anos a gente terá um mundo mais justo, mais equânime e mais solidário. É esse o meu sonho, é esse o meu desejo e é por isso que estou tentando brigar.

Segundo Bloco

Acredito que tem uma unanimidade, aqui, de que todo mundo tem uma preocupação de ajudar os países pobres.

O que me preocupa é quando terminar este evento, aqui, quando cada um voltar para casa, para o seu país, para os seus problemas, o que vai acontecer?

Eu ia falando de Porto Alegre, porque eu acabo de participar do Fórum Social de Porto Alegre e eu sempre acreditei que nós só íamos combater a miséria quando ela se transformasse num problema político, que começasse a preocupar o mundo inteiro.



Enquanto o problema é apenas um problema social, ele vai ser escrito por muitos acadêmicos no mundo inteiro, vai ser debatido em sindicato, igreja, partido político. Agora, quando ele se transformar num problema político, nós vamos resolver esse problema.

E eu estou dizendo isso porque ontem eu participei do Fórum de Porto Alegre, e uma decisão da coordenação do Fórum é de, a partir desse Fórum que está sendo realizado agora, eles vão começar a fazer um trabalho mais próximo das instituições multilaterais, para que elas ajam e cumpram aquilo que nós acordamos em documentos, acordos e protocolos e que, muitas vezes, não conseguem avançar, não conseguem andar, por problemas de cada país, por problemas políticos internos. Às vezes, um presidente assina um protocolo, perde as eleições. O que ganha não concorda com aquele protocolo e vai deixando as coisas acontecerem. Por isso, é preciso um organismo multilateral sério, em que todo mundo acredite e deposite confiança para poder funcionar.

Eu acho que, por exemplo, o Brasil está perdoando dívida. O Brasil perdoou a dívida, no ano passado, da Bolívia, a dívida do Gabão, a dívida de Moçambique. Não temos muito mais o que perdoar, porque também não temos muito. Agora, a verdade é que esses países já não podiam pagar.

Então, é um perdão de uma coisa que as pessoas não podiam pagar. Eles não tinham como pagar, ou seja, se eles estivessem pagando e, por serem pobres nós perdoássemos, o que eles estavam nos dando eles iriam aplicar internamente. Mas eles já não estavam pagando, então, na verdade, foi um benefício que não teve resultado imediato para aquele país que recebeu o benefício. O que eu penso é que a questão da dívida pode e deve, moral e eticamente... por exemplo, os países que estão pagando, mais pobres, o Fundo Monetário, ao invés de receber deveria fazer um acordo para que aquele dinheiro fosse investido em educação, um acordo para que aquele dinheiro fosse investido na agricultura familiar, em pesquisa interna, porque traria muito



mais benefício para o próprio Fundo, porque, senão, fica eternamente a espada na cabeça do país, ou seja, o país nem paga e nem progride.

Eu penso que, na medida em que se transforma num problema político, eu sou otimista e acho que nós vamos dar passos extraordinários para essa ajuda ao países mais pobres.

No caso do Brasil, o Brasil é um país pobre. O Brasil tinha tudo para ser um país rico, mas não é. É um país imenso, de potencial extraordinário. Durante 30 anos foi o país que mais cresceu no mundo, a percentuais extraordinários. Mas, no Brasil, como em outros países em desenvolvimento, a riqueza produzida não foi distribuída, ela ficou nas mãos de poucos. Então, o que sobrou foi um saldo de pobreza que nós vamos ter que resolver em algum momento.